

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.252.773 - SP (2018/0041084-1)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : EDIMILSON SOARES DE BRITO
ADVOGADOS : LEOPOLDO MERCADO PIRIZ FILHO - SP114663
JORGE LUÍS CLARO CUNHA - SP120803
AGRAVADO : EMAE - EMPRESA METROPOLITANA DE ÁGUAS E
ENERGIA SA
ADVOGADOS : CARLA SEVERO BATISTA SIMÕES - SP155023
VALÉRIA CAMPOS SANTOS - SP222676
RODRIGO GONCALVES TORRES FREIRE - MG129725
AUGUSTO CARLOS FERNANDES - SP397560
DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE - SP191664A

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do CPC/15), interposto por EDIMILSON SOARES DE BRITO, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 730-737, e-STJ).

O apelo nobre, de sua vez, fundamentado na alínea “a” do permissivo constitucional, desafia acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fls. 696-701, e-STJ):

APELAÇÃO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO MEDIATO. REINTEGRAÇÃO NA POSSE.

Invasão de Imóvel de propriedade da autora. Comprovação do esbulho com delimitação da área invadida por meio de prova técnica.

Esbulho configurado. Precedentes.

NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO.

Nas razões do recurso especial (fls. 704-718, e-STJ), o recorrente aponta violação aos artigos 561 do CPC/2015.

Sustenta, em síntese, que: a) não ocupa área de propriedade da recorrida; e b) a petição inicial não identifica de modo preciso a área cuja reintegração se pretende.

Contrarrazões às fls. 721-725, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fl. 727, e-STJ), negou-se o processamento do recurso especial, sob os fundamentos de que se aplicaria ao caso o enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

Irresignado, aduz o agravante, em suma, que o reclamo merece trânsito, uma vez que o exame da pretensão não demanda reanálise da matéria de fato.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo não merece prosperar.

1. Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que o Tribunal local, à luz dos elementos de prova acostados aos autos, consignou que a área então ocupada pelo ora recorrente pertence à recorrida.

Assim, por reconhecer o esbulho, determinou a reintegração de posse (fl. 700, e-STJ):

A apelada, alegando a irregular ocupação da área que se encontra sob sua posse, ajuizou ação de reintegração de posse em face do apelante. A causa de pedir anuncia o exercício da posse justa e de boa -fé do imóvel, que foi objeto de esbulho possessório praticado pelos réus, ora apelantes.

A matéria controvertida e devolvida para reexame pelo tribunal "ad quem" gravita em torno da ocorrência, ou não, do alegado esbulho possessório, o que se desdobra com a investigação sobre as circunstâncias que envolvem a posse exercida pelos apelantes e a eventual consequência jurídica que se extrai da notificação encaminhada pela apelada.

Nessa órbita, a investigação relevante na ação possessória considera apenas os esclarecimentos prestados pelas partes, inclusive por intermédio de meios de prova, para determinar se houve ou não o esbulho, e, ainda, se a posse exercida pelos réus é melhor do que a da autora.

Os documentos de fls. 44/69 deixam claro que a área em discussão pertence à autora. Além disso, a prova pericial foi clara ao constatar que os réus ocuparam área de preservação permanente e o réu ocupa área que é de posse da autora (278,84 m2 - fls. 450).

Nesse contexto, tem-se que o provimento do pleito recursal demandaria que a premissa acima firmada fosse derruída. Para tanto, todavia, revelar-se-ia necessária a reanálise de matéria fático-probatória, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 07/STJ. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. OMISSÃO NÃO OCORRÊNCIA. APELAÇÃO. REPETIÇÃO DE FUNDAMENTAÇÃO. POSSIBILIDADE. POSSE. ALEGAÇÃO DE DOMÍNIO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO. ESBULHO NÃO DEMONSTRADO. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.
(...)

4. A revisão de matéria - prática de esbulho pelo réu da ação de reintegração de posse - que demanda o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, não pode ser feita na via especial, diante do óbice da Súmula 7 deste Tribunal.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1288260/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 14/08/2018, DJe 05/09/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. OMISSÃO E CONTRADIÇÃO NÃO VERIFICADAS. NÃO COMPROVAÇÃO DE POSSE EFETIVA EM IMÓVEL E NÃO OCORRÊNCIA DE ESBULHO CONSTATADAS PELO TRIBUNAL A QUO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE ART. DO CPC/73. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF. JULGAMENTO DA APELAÇÃO COM BASE NA LEGISLAÇÃO REVOGADA. COMPREENSÍVEL A QUESTÃO JURÍDICA POSTA. DECISÃO RECONSIDERADA. REQUISITOS ENSEJADORES DA REINTEGRAÇÃO DE POSSE. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO PARA AFASTAR A

APLICAÇÃO DA SÚMULA 284/STF. NOVO EXAME DO FEITO. NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL EM FACE DA SÚMULA 7/STJ, MANTIDOS OS DEMAIS FUNDAMENTOS DA DECISÃO SINGULAR. AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

2. A investigação do exercício da posse efetiva de imóvel e da caracterização de prática de esbulho depende de revisitação ao acervo fático-probatório dos autos, pretensão inviável em sede de recurso especial, conforme preconiza a Súmula 7/STJ.

(...)

4. Em novo exame do apelo nobre, na parte da decisão reconsiderada, tem-se que a modificação do entendimento do Tribunal de origem, a fim de perquirir o cumprimento dos requisitos ensejadores da reintegração de posse, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatório dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

5. Agravo interno parcialmente provido, para afastar a aplicação da Súmula 284/STF e, em novo exame do recurso especial nessa parte, dele não conhecer, em face da Súmula 7/STJ, mantidos os demais fundamentos da decisão singular.

(AgInt no AREsp 1250521/MA, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 24/08/2018)

Logo, inviável a admissão do apelo nobre.

2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo. Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem (fls. 612, e-STJ), observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator